

Organização ético-discursiva em enunciados da imprensa contemporânea: do trabalho do jornalista à construção identitária editorial / *Ethical-discursive organization in contemporary print utterances: from the journalist's work to the construction of editorial identity*

*Anderson Salvaterra Magalhães**

RESUMO

Este artigo discute como as relações intersubjetivas empreendidas no enunciado jornalístico impresso em uma série de reportagens evidenciam movimentos discursivos que, por um lado, definem o posicionamento ético no trabalho dos jornalistas e, por outro, revelam mecanismos discursivos que moldam a identidade editorial. Entendendo a reportagem como enunciado concreto instaurado a partir da orientação apreciativa revelada no acabamento dos sujeitos enunciativos, os modos de inclusão da palavra de outrem são problematizados para demonstrar como se dá a organização identitária editorial.

PALAVRAS-CHAVE: Enunciado concreto; Autoria; Personagem; Citação; Imprensa

ABSTRACT

This article discusses how the intersubjective relations accomplished in the print journalistic utterance in one series of reportage show discursive movements that, on the one hand, define the ethical positioning at the work of journalists and, on the other, reveal discursive mechanisms that shape the editorial identity. Understanding the reportage as a concrete utterance established from the appreciative orientation revealed in the completion of the utterance subjects, the ways of inclusion of the words of others are problematized to demonstrate how the organization of the editorial identity takes place.

KEY-WORDS: Concrete utterance; Authorship; Character; Quotation; Press

*Professor da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil; eumagalhaes@yahoo.com.br

Introdução

Na atualidade, o funcionamento da imprensa está estabilizado, de maneira que o gesto de ir a uma banca e comprar uma ou mais de uma edição de jornal, se não configura hábito, é, no mínimo, um ato comum, corriqueiro no cotidiano social. A periodicidade – estabelecida no século XVII, primeiramente na Inglaterra, depois na Europa até alcançar a cultura ocidental de modo mais amplo – conferiu regularidade à trama interacional mediada pelo jornalismo impresso e acomodou as relações por ele deflagradas, consolidando duas esferas contíguas de atividades: aquela em que o agir de uma série de indivíduos mobilizados pelo crivo profissional atuam no sentido de construir o material a ser disponibilizado para o público em geral – a esfera de produção jornalística – e aquela em que o material produzido efetivamente circula – a esfera de recepção.

Neste artigo, voltamo-nos para o contexto de recepção e focamos o material jornalístico como um núcleo moldado por índices de ações de profissionais da mídia – jornalistas, editores, diagramadores, fotógrafos etc. – que desenham um perfil editorial efetivamente posto em circulação. Dessa maneira, detemo-nos nas pistas das ações profissionais deixadas no material publicado para descrever e analisar o modo como o conjunto final disponibilizado nas bancas constrói a postura editorial e, em seguida, interpretar as implicações sociodiscursivas da constituição identitária institucional. Para isso, em primeiro lugar, discutimos a natureza dialógico-enunciativo-discursiva do texto jornalístico impresso, definindo-o como um enunciado concreto, cujo acabamento revela um lugar social singular e ideologicamente posicionado. Em segundo lugar, descrevemos os procedimentos metodológicos de abordagem do fenômeno discursivo aqui recortado, demonstrando o processo de seleção do micro-*corpus* e pontuando as categorias de análise. Em terceiro lugar, procedemos a uma análise dialógica de uma série de reportagens e demonstramos como o funcionamento enunciativo-discursivo das matérias corrobora a identidade institucional.

1 O fazer jornalístico e o acabamento editorial: um olhar dialógico

Os primeiros passos do jornalismo foram marcados pela intermitência na esfera de sua produção e, conseqüentemente, na de recepção, o que conferia um caráter fugaz à ação discursiva da imprensa e impedia a consolidação de um núcleo interacional deflagrador e/ou mediador de relações sociais. A falta de regularidade de redação e distribuição de um jornal limitava o alcance e poder da imprensa, embora já demonstrasse seu potencial ideológico. A motivação jornalística respondia ao contexto político da época, aderindo ao discurso instituído ou refratando-o, o que sinalizava os fundamentos do que seria construído como ética jornalística a partir da periodicidade no século XVII (WARD, 2004).

No período pré-periódico, o texto jornalístico também não afirmou seu funcionamento discursivo. Não havia estabilidade de forma, tema e estilo que moldasse um nicho discursivo estruturante de uma arena de sentidos que pudesse ser nomeada imprensa. Era comum encontrar, por exemplo, sem fronteiras definidas, relatos de acontecimentos políticos intercalados com ataques de dragões ou outras figuras míticas. Ainda não se

consolidara uma ética pautada no discurso de fatos (WARD, 2004). Mesmo assim, já se construía o caráter responsivo e o senso de responsabilidade do material jornalístico, uma vez que o engajamento político funcionava como principal estímulo para a produção.

A periodicidade transformou o funcionamento da imprensa e deu-lhe fôlego sociodiscursivo por alterar o caráter pontual de produção e circulação do texto e conferir-lhe estatuto de prática linguageira e social, no sentido de ato de natureza preponderantemente discursiva que organiza relações interpessoais, interinstitucionais, interdiscursivas. Sem a estabilidade que efetivamente construiu as esferas de produção e recepção do jornal, a imprensa não se afirmaria como prática e não teria alcance suficiente para compor o funcionamento cultural da sociedade, tal como acontece nos dias de hoje.

Há de se diferenciar regularidade de legalidade. A periodicidade acirrou a tensão ética que viabilizou a organização da imprensa como uma esfera discursiva. O fazer jornalístico, nos primórdios dos jornais, se definia pela postura política defendida. Aderia-se ao poder instituído e trabalhava em prol de sua manutenção, ou articulavam-se oposição e resistência, sofrendo as consequências da ruptura com a hegemonia política. Por conta disso, muitos jornais eram perseguidos, tendo de funcionar na clandestinidade. Se hoje a ilegalidade pode ser vista com maus olhos, no princípio da periodicidade, configurava condição para exercício ético jornalístico a partir de determinado lugar ideológico (WARD, 2004). A tensão estabelecida entre a adesão e a ruptura política fundou um eixo axiológico que permitiu a consolidação da esfera discursiva da imprensa.

Não foi diferente no Brasil. Com a vinda da família real portuguesa em 1808 e a fundação da Imprensa Régia, começou a circular por aqui a *Gazeta do Rio de Janeiro*, que, a despeito do nome, era um jornal áulico, de orientação portuguesa. No mesmo ano, um pouco antes da produção do jornal real, Hipólito da Costa editara, em Londres, o *Correio Braziliense*, que efetivamente tematizava o contexto brasileiro. Estabelecia-se, assim, o embate entre o áulico e o revolucionário, confirmando um eixo de valor a partir do qual o fazer jornalístico podia se posicionar. O acabamento de um texto jornalístico seguia em conformidade com a linha política adotada por seu editor, havendo harmonia entre o que identificamos como linha editorial e identidade institucional do jornal. Ambos classificam-se pela postura ética assumida. Desse modo, instaurou-se a esfera discursiva da imprensa.

A partir daí, a noção de autoria foi ganhando contornos nítidos no fazer jornalístico, uma vez que não era possível cindir o ato de noticiar ou reportar, sem entrar em detalhes quanto às implicações de cada uma dessas organizações textuais e discursivas, e o lugar político-ideológico sustentado pelo jornal.

Com o passar do tempo e com o desenvolvimento da complexidade da esfera, tanto a produção quanto a circulação do jornal tornaram-se mais elaboradas. O fazer jornalístico passou a contar com equipes cada vez mais numerosas, assim como a noção de público alvo deixou de apontar principalmente para leitores em potencial e abarcou anunciadores, que reconheciam na imprensa uma arena interacional de importante alcance. Assim, a esfera da imprensa passou a funcionar numa trama interacional que articulava, pelo menos, o fazer jornalístico e o publicitário, circunscrevendo-a cada vez mais na dinâmica capitalista.

Do período imperial até a ditadura militar, o Brasil experimentou transformações sócio-políticas marcantes e firmou-se como nação. Nesse desenrolar, a imprensa desempenhou papel tão importante a ponto de influenciar a legislação que, ao tentar coibir sua atuação, ratificava a amplitude de seu alcance e influência discursiva (MAGALHÃES, 2010). A descrição dessa trajetória, porém, escapa aos objetivos desse artigo, que se ocupa da esfera de recepção contemporânea do jornal. Deixamos para Sodré (1999), Barbosa (2007), Martins e Luca (2008), entre outros, a tarefa de contar o percurso histórico da imprensa no Brasil. Por ora, detenhamo-nos no estatuto enunciativo de que o texto jornalístico foi revestido.

Estabelecido o eixo axiológico que possibilitou a organização de uma tensão ética jornalística e, portanto, de uma esfera discursiva da imprensa, o desafio autoral foi se tornando complexo a medida em que múltiplos agentes atuavam na produção do material. Se num primeiro momento a figura de Hipólito da Costa atuava como marca pessoal e discursiva no fazer jornalístico do *Correio Braziliense*, assim como o Brasão da Coroa marcava o lugar áulico da *Gazeta do Rio de Janeiro*, hoje em dia, a imagem do indivíduo se dissolveu nas logomarcas das empresas da informação, que efetivamente assinam uma edição. A questão autoral nitidamente se distancia de uma figura empírica pessoal e afirma-se como condição discursiva que organiza determinada prática de uso da linguagem.

Em dois ensaios que travam diálogo com a estética e com o método formal, dois pensadores russos desenvolvem reflexões teóricas que trazem aportes importantes para o tratamento do fenômeno discursivo da autoria. No ensaio *Discurso na vida e discurso na arte: sobre a poética sociológica*, Voloshinov (1926/1976) defende a importância da abordagem sociológica para o estudo da poética tanto no que diz respeito ao modo de entender a construção do conhecimento, quanto ao desenvolvimento metodológico do estudo. Para sustentar sua posição, Voloshinov (1926/1976) analisa uma situação de uso da linguagem no cotidiano e ressalta as relações intersubjetivas que estruturam e organizam o enunciado, seja artístico ou não.

O primeiro aspecto da proposta teórica de Voloshinov (1926/1976) é a definição do enunciado como resultado da articulação de três sujeitos: o autor (enunciador), o ouvinte ou destinatário (co-enunciador) e o herói (o objeto do enunciado). Qualquer que seja a realização (artística ou não, oral ou escrita), é preciso que haja um núcleo ternário de sujeitos que compartilhem de um mesmo eixo axiológico a partir do qual se posicionem. Isso implica não isenção de responsabilidade em qualquer manifestação de uso da linguagem, o que permite compreender que a distância guardada entre o enunciador, o co-enunciador e o objeto do discurso constitui marca da orientação apreciativa. O posicionamento necessariamente valorado só faz sentido, não obstante, face à relação que o enunciador mantém com o destinatário e com o tratamento do objeto. Não há, portanto, como enunciar em um vácuo social; há sempre um convite de um “eu” a um outro para partilharem da avaliação de um objeto.

A noção de autoria depreendida da discussão nesse ensaio aponta para a relação intersubjetiva. O lugar de autor é definido e determinado pelo modo como interage com o outro. No caso do texto jornalístico, há de se acrescentar o seguinte: a tarefa de noticiar

ou reportar implica gerir a fala de outrem. O foco do enunciado não recai sobre quem conta, mas sobre o que se conta, de maneira que o objeto do discurso assume um destaque discursivo. A maneira de construí-lo, portanto, é crucial para o desenho autoral. Daí a importância da noção de herói/objeto (ou personagem, como na tradução de Paulo Bezerra para Bakhtin 1979/2003) para a descrição, análise e interpretação do perfil autoral na imprensa. A maneira de introduzir o outro na narrativa jornalística demonstra o lugar ético-discursivo que organiza o enunciado.

Em *O autor e a personagem na atividade estética*, escrito originalmente na primeira parte da década de 1920, mas publicado somente em 1979, na Rússia, Bakhtin (1979/2003) traz importante contribuição teórico-metodológica para entender a dimensão discursiva da autoria ao diferenciar o *autor-criador* e o *autor-pessoa*. Enquanto este constitui uma unidade da realidade biossocial, um ser humano concreto, aquele configura uma posição na produção discursiva no âmbito da estética geral, e não da estética do material. Isso significa dizer que o lugar enunciativo do autor-criador é definido pelo modo como se insere na cadeia comunicativa, e, por mais que haja correspondência entre um ser físico e o produtor de um texto, a posição do autor-criador escapa dos limites de um ser humano cognoscente. Para acessá-lo, é preciso recuperar os movimentos flagrados nas relações intersubjetivas que compõem um fenômeno sociodiscursivo.

O modo como o autor projeta acabamento à personagem co-constrói a trama interacional do enunciado, por conta da interdependência do ato de um em relação ao outro. Os atos da personagem se orientam para a vida, de maneira que atendem a determinado funcionamento ético de acordo com sua inserção histórica. Entretanto, para que a personagem se constitua como tal, necessita da projeção de acabamento, já que por si própria, não pode desenhar-lhe, e o ato de acabar-lhe define o autor como criador. O cerne da questão está na necessária avaliação presente nesse acabamento constitutivo da personagem. Retomando a tradução das palavras de Bakhtin, citamos:

De fato, a personagem vive de modo cognitivo e ético, seu ato se orienta em um acontecimento aberto e ético da vida ou no mundo dado do conhecimento; o autor guia a personagem e sua orientação ético-cognitiva no mundo essencialmente acabado da existência, a qual, descartando o sentido imediatamente seguinte do acontecimento, é de índole axiológica pela diversidade mais concreta de sua presença (1979/2003, p. 11).

Nas reportagens aqui analisadas, o gesto de citar, nesse caso, configura importante chave de percepção das relações intersubjetivas empreendidas.

Em uma tese sobre a tentativa de aplicação do método sociológico à ciência da linguagem, Bakhtin/Volochinov (1929/1999:145) definem o ato de citar como “fenômeno da *reação da palavra à palavra*”. Trazer a fala de outrem para o âmbito narrativo não configura um gesto mecânico que pode ser determinado apenas por um conjunto de procedimentos formais. Implica, por outro lado, uma apreciação do discurso de outrem marcada no modo como o discurso citado passa a atuar no discurso citante. Os autores desenvolvem uma detalhada categorização de formas de citação, mas deixam claro que a

validade dessa descrição formal deve ser ponderada sócio-historicamente, ou seja, pode ou não ser pertinente fora do recorte analítico que apresentam. Neste artigo, atemo-nos à reflexão de que recortar a fala de outro e incluí-la no contexto narrativo envolve um ato comprometido socialmente e, por isso, atravessado por valores. Resta-nos identificar e descrever o modo como o discurso citado funciona discursivamente no citante para recuperar os valores que de fato estruturam o enunciado do jornal.

No caso do fazer jornalístico, a contemporaneidade experimenta o distanciamento da figura empírica do jornalista da linha editorial perseguida por determinada empresa de informação. Cada vez mais a noção de autoria dissocia-se na figura do autor-pessoa e fica patente a configuração discursiva do autor-criador, como um recolhimento valorativo institucionalizado, porém, despersonificado. Fazer jornalismo passa a significar trabalhar em prol da construção de uma identidade institucional, cujo projeto enunciativo define o jornal como arena de negociação de sentidos ou como espaço de reafirmação de valores instituídos. Vejamos os procedimentos metodológicos que organizaram esta pesquisa antes de debruçar sobre a análise dos enunciados concretos jornalísticos e interpretar das questões identitárias institucionais.

2 Procedimentos metodológicos: seleção de *corpus* e definição de categorias de análise

Para este artigo, selecionamos fragmentos de uma série de reportagens analisada com mais vagar em outra ocasião (MAGALHÃES, 2010): *Transporte preferido: os pés*, publicada pelo jornal *O Dia*. Fundado na segunda metade do século passado, a editoria teve um forte apelo sensacionalista até a década de 1980, quando o jornalista Ary Carvalho assumiu sua presidência e, desde então, buscou redirecionar a linha editorial na tentativa de construir um jornal considerado sério e responsável. Orientado para as classes C e D do Rio de Janeiro, o jornal procura tratar de temas relacionados a essas classes. De acordo com o Manual de Redação da editoria, faz parte do estilo de *O Dia* abordar os assuntos de maneira que o público leitor se identifique com as personagens retratadas nas matérias.

A série *Transporte preferido: os pés* trata do problema do transporte público na região metropolitana do Rio de Janeiro. As reportagens foram feitas por equipe; os vários textos são assinados por diferentes jornalistas ou creditados a uma equipe das editorias de cidade e política. A série foi publicada na seção *Nosso Rio / O que acontece perto de você*, em quatro dias do mês de agosto de 2004: 03 (BARRETO, 2004a; RIBEIRO, 2004), 04 (BARRETO, 2004b), 08 (BARRETO; REMÍGIO et al. 2004) e 09 (CAMINHADAS, 2004).

Na presente discussão, não trabalhamos a natureza verbo-visual do enunciado; apenas demonstramos, no plano verbal, como a inclusão de outrem na trama narrativa do jornal define o projeto discursivo do enunciado. Os excertos apresentados foram escolhidos por flagrarem atos éticos que evidenciam a não isenção do trabalho do jornalista independente de sua seriedade e responsabilidade e as implicações discursivas de tais atos para a construção identitária editorial. Selecionado o micro-*corpus* de análise para este artigo,

levantamos os conceitos de *autoria*, *personagem* e *citação* como categorias de análise e interpretação e seguimos o seguinte percurso:

- Identificação e descrição das marcas dos sujeitos enunciativos nas reportagens a partir da apresentação de personagens envolvidas na trama narrativa;
- Descrição do discurso citado;
- Interpretação do tratamento dado às personagens a partir da descrição das relações entre discurso citante e citado e a partir do modo de introdução das personagens no discurso narrativo das reportagens para desenho do perfil autoral.

Passemos, então, à análise dos enunciados e à interpretação das relações intersubjetivas nele empreendidas.

3 O fazer jornalístico e a identidade editorial: uma abordagem dialógico-enunciativo-discursiva

A série selecionada para análise, neste artigo, trata de problemas enfrentados pela população menos favorecida da região metropolitana do Rio de Janeiro para se deslocar pela cidade e adjacências. Em *Transporte preferido: os pés*, a questão do transporte público coletivo mobiliza, de modo geral, duas grandes personagens: o poder público que gere o transporte e a população que o utiliza ou não. A perspectiva dos profissionais do setor de transporte não compõe a trama narrativa da série. Esse silêncio tem um efeito de sentido relevante que retomaremos no final da análise. Vejamos como a construção da matéria evidencia questões de ordem ética do trabalho do jornalista e do acabamento identitário editorial.

Transporte preferido: os pés tem como primeira marca dos sujeitos enunciativos o título da própria seção em que a série foi publicada: “*NOSSO RIO / O QUE ACONTECE PERTO DE VOCÊ*”. A espacialidade indica tanto um eixo de compartilhamento quanto outro de distinção. O “Rio” é “nosso”. Apesar da não identificação precisa do escopo semântico do pronome, sabemos que aquele que fala pelo jornal compartilha com o destinatário um mesmo espaço. Todavia, o sub-título da seção marca uma distinção de posicionamento dentro desse mesmo espaço. Ambos podem estar no Rio, mas o fato narrado na série descreve algo que acontece no plano do destinatário – você –, e não no plano de quem fala. Supomos, a partir daí, que o projeto discursivo do enunciado prevê a cisão entre o lugar social do jornal e o de seu destinatário. Resta saber como o objeto é tratado.

O primeiro ponto que chama atenção é o fato de, numa discussão sobre o transporte público, o ponto de vista dos profissionais do transporte não figurar como um dos elementos chave da trama narrativa. Apenas o poder público e a população apresentam-se no cenário reportado. Outro ponto curioso é o tratamento das personagens: o governo, representado como instituição, e a população, como indivíduos. Cada uma dessas personagens é atualizada por diferentes figuras. O governo, por exemplo, é representado por meio de

membros do próprio governo, ou pela personificação do Plano Diretor de Transporte Urbanos por ele empreendido, ou por membros das empresas contratadas para fazerem levantamentos referentes à questão de transporte etc. A população é representada por indivíduos isolados, ou seja, são apresentados como pessoas não articuladas em um grupo ou conjunto. Observemos o quadro abaixo com a lista de fragmentos retirados da reportagem de abertura da série que atualizam a representação do governo:

Quadro 01

Fragmentos de texto	Crédito
19,7 milhões de viagens na região metropolitana do Rio; 6,7 milhões são feitas a pé	Plano Diretor de Transportes Urbanos (PDTU)
46,6% da população da região metropolitana (11,2 milhões) foi considerada imóvel	A pesquisa [do PDTU]
“5,2 milhões de pessoas que não se deslocaram no dia anterior à coleta de dados [...]”	Engenheiro Antonio Luiz Mourão Santana, diretor da Oficina Consultores (uma das três empresas responsáveis pelo levantamento que o Governo vinha fazendo)
9 milhões de viagens por dia – 46% – utilizando ônibus, trens, metrô, barcos e bonde, entre outros.	Albuino Azevedo, presidente da Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística (?)
O meio individual chega a 3,2 milhões, 16,7%	Albuino Azevedo, presidente da Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística (?)
“Em comparação com a região metropolitana de São Paulo, o Rio utiliza muito mais o transporte coletivo. Lá, a porcentagem do meio individual sobe para 32%”	Albuino Azevedo, presidente da Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística
“46% foram considerados imóveis”	Albuino Azevedo, presidente da Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística
“Já temos a base de dados. Em dois meses, simulador deve estar pronto. Com ele, poderemos saber a eficiência dos projetos para o transporte, como a construção de linhas de metrô”	Engenheiro Antonio Luiz Mourão Santana, diretor da Oficina Consultores (uma das três empresas responsáveis pelo levantamento que o Governo vem fazendo)
“Sabemos para onde eles vão e quantas viagens são obrigados a fazer por não ter uma linha de ônibus direta, por exemplo.”	Albuino Azevedo, presidente da Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística

Os trechos foram recortados tal como aparecem na reportagem. Percebemos que há alternância entre discurso direto e indireto, mas não nos ocuparemos dessa diferença para analisar e interpretar os efeitos de sentido e implicação discursiva do acabamento da personagem. Para esta discussão, mais importante do que as formas de inclusão das falas de outrem são os modos de recolhimento das falas.

Os créditos de cada fragmento apontam para pessoas que presentificam instituições, exceto os dois primeiros listados, que remetem à ação governamental por meio da personificação do Plano Diretor de Transportes Urbanos e de ações a ele pertinentes. Os créditos que estão implícitos na narrativa foram assinalados no quadro com um ponto de interrogação entre parênteses (?). Aqueles responsabilizados pelos fragmentos de texto destacados no Quadro 01 pertencem às empresas contratadas pelo governo para levantamento de dados acerca do deslocamento da população. Os trechos apresentados em discurso direto contêm marcas de primeira pessoa do plural que, nesse caso, ratificam o caráter institucional, e não individual, pessoal da fala.

Além disso, observamos que cada fragmento contém marcas formais que apontam para outra esfera discursiva, outro espaço enunciativo em que essa fala de outrem circulava e funcionava. Os números configuram dados estatísticos descritivos e evidenciam trabalho de pesquisa, de levantamento de informações precisas a partir de métodos validados pelo fazer científico. Por isso, verificamos que tais fragmentos foram tomados de uma esfera discursiva específica, onde funcionavam com determinado objetivo: atender à demanda governamental de descrição do deslocamento das pessoas. Ao circularem na reportagem, alimentam o fato reportado, funcionando como fonte para a matéria jornalística, e isso mostra a valoração do discurso recortado e enxertado na reportagem. Assim, reconhecemos a inclusão desses trechos como ato de citar, já que implicam uma reação da palavra (contexto narrativo da reportagem) à palavra (âmbito da pesquisa na esfera do planejamento e ação governamental).

Em contrapartida, a introdução da fala da população demonstra um movimento discursivo diferente em relação a esse outro discurso que compõe a personagem do enunciado. Vejamos alguns excertos de uma coordenada do penúltimo dia da série, com fragmentos de texto de pessoas que se deslocam pela cidade:

Quadro 02

Fragmentos de texto	Crédito
“Dou aula em lugares distantes. Não poderia usar outro tipo de transporte porque não chegaria a tempo. São 500 quilômetros, gastando 10 horas no trânsito por semana”.	Ricardo Rachid Cunha – Professor de geografia, 40 anos
“Vou de moto para o trabalho. É mais rápido, prático e econômico. Não tenho dificuldade para estacionar, mesmo no conturbado Centro”	Vinícius Feliciano Neves – Servidor, 20 anos
“Os ônibus são meu único meio de transporte. Mas eles custam a passar. Quem dera ter carro”	Roberta Kelly Gomes Menezes – Atendente, 20 anos

A primeira diferença de abordagem é a identificação das pessoas a quem é dado o crédito da fala. A menção da idade, bem como atividade profissional singularizam as pessoas, e não as institucionalizam. Falam por si próprias, de si próprias, como indivíduos singulares. Essa natureza da fala, que se opõe ao institucional das pessoas listadas no Quadro 01, funciona como uma maneira de representar a população na reportagem que não move a narrativa do fato jornalístico, apenas o ilustra. As formas verbais e pronominais de primeira pessoa do

singular marcam o lugar sociodiscursivo de onde falam: o particular, o pontual. A sequência narrada não traz mudança à questão abordada na série: cada um conta de sua rotina, e as ações elencadas não traduzem ações discursivas, a não ser a de exemplificar o que está sendo desenvolvido no projeto enunciativo. “Quem dera ter carro”, exclama Roberta Menezes (Quadro 02), reafirmando sua impossibilidade de transformação da realidade narrada. Os depoimentos funcionam como ilustração do fato jornalístico desenvolvido na série, as pessoas desempenham papel de personagens de uma história que até diz de si mesmas, mas cujo roteiro não lhes pertence e, ao contrário daqueles listados no Quadro 01, não têm poder de ação sobre a história. Se essa exclamação tivesse sido recortada de uma faixa em um manifesto, por exemplo, testemunharíamos uma citação propriamente dita, uma seleção de um acontecimento para compor o todo deste enunciado. Dita especificamente para o registro na reportagem, a fala evidencia uma apreciação da equipe no sentido de ilustrar o que já haviam tomado como fato, de maneira que a expressão da população configura mera exemplificação, sem força para qualquer resistência discursiva ao discurso do poder instituído.

Em relação à perspectiva da população, o que se recolhe e apresenta na reportagem não circulava em outra esfera; o depoimento transcrito foi provocado pela equipe de reportagem para a composição da matéria, de maneira que, apesar de ser deslocado do contexto de campo para o de redação, não muda de estatuto: um depoimento orientado pelo objetivo de exemplificar o fato jornalístico. Sendo assim, a inclusão das falas da população não parece configurar um ato de citação propriamente dito, já que não recuperamos a reação de uma palavra (citante) à palavra (recortada de outra esfera discursiva). Verificamos apenas a transferência de depoimentos que permanecem como tal seja no âmbito do campo, seja no narrativo.

O tratamento diferenciado entre os fragmentos de textos trazidos para o contexto narrativo da reportagem evidencia, por um lado, que o trabalho da equipe jornalística se orienta por uma valoração diferenciada das perspectivas implicadas no fato reportado. A inclusão da fala governamental por meio de citações indica que os profissionais se mobilizaram em uma pesquisa para apurar dados que efetivamente compõem o tema da matéria. A opção por incluir a fala da população por meio de depoimentos, e não citações, mostra que os processos de pesquisa e apuração não se desenvolveram da mesma maneira. Por que não há menção de nenhuma fala institucional da população, como documentos de organizações comunitárias ou falas de representantes comunitários? Por que a população é retratada como indivíduos desarticulados? Quais efeitos de sentido tal escolha provoca e que posicionamento ético-discursivo referenda?

Entendemos que o tratamento diferenciado no recolhimento da fala de outrem e sua inclusão na narrativa jornalística cria duas categorias diferentes de apropriação do discurso. Por um lado, o trabalho de pesquisa que recupera enunciados em funcionamento em outra esfera discursiva alimenta a trama do fato reportado, conferindo *status* de fonte às personagens responsáveis por tais textos. Aí testemunhamos um ato de citar tal como postulado na teoria dialógica. Por outro lado, o trabalho de coligir depoimentos com o fim único de incrementar a matéria apenas ilustra o fato jornalístico em questão sem provocar-lhe transformação significativa, mantendo o status de depoimento ao texto. Nesse caso, a apropriação da fala de outrem não parece constituir um ato de citação.

Descrevemos esse projeto enunciativo como ideologicamente conservador, uma vez que valora a ação sociodiscursiva governamental e garante-lhe espaço de expressão. O perfil autoral que podemos rascunhar revela um posicionamento legitimador do instituído. Ao citar fontes do governo ou fontes por ele referendadas, o jornal se constitui como lugar de manifestação do

discurso instituído. O governo é introduzido na trama narrativa a partir de seus movimentos de pesquisa, planejamento e ação e, por isso, transforma o fato reportado. Em contrapartida, à população é legado um lugar discursivo sem ação concreta sobre a questão tratada. Recuperam-se seus textos a partir de um contexto enunciativo provocado na e para a produção da série, como se a população – soma de indivíduos desarticulados que não formam um conjunto – não se expressasse em outra esfera. Dessa maneira, a série configura espaço de expressão do discurso do poder instituído e não dá abertura para a inclusão de um discurso de resistência.

Retomando a questão do silêncio em torno da perspectiva dos transportadores, mencionamos que a série foi premiada no Concurso CNT de Jornalismo, promovido pela Confederação Nacional de Transportes – maior órgão de representação sindical de transportadores, que reúne desde grandes empresários do setor até transportadores autônomos. Isso sugere que, a despeito da não explicitação de tal ponto de vista, os valores consolidados na série coadunam aqueles sustentados pelos representantes do setor. A condição de implícito desses valores indica que estruturam o enunciado e não estão em negociação (VOLOSHINOV, 1926/1976), reforçando o caráter conservador da série e, conseqüentemente, do perfil editorial.

Considerações finais

A discussão deste artigo tem um escopo restrito, mas com alcance de importância tanto para os estudos linguístico-discursivos quanto para aqueles em Comunicação Social. Fica patente que o objeto jornalístico não é o fato, mas a linguagem, a maneira de construir o fato. A questão da fonte e do discurso citado é, sem dúvida, um elemento fundamental da produção jornalística. Conforme verificamos na organização enunciativo-discursiva da matéria *Transporte preferido: os pés*, a noção formal de discurso citado não dá conta de discriminar o posicionamento ético diante do outro citado. O uso de aspas e a escolha de verbos *dicendi* não devem ser negligenciados para identificação de fronteiras textuais, esses elementos são importantes para delimitação de responsabilidades. Não obstante, a orientação apreciativa referendada na matéria não está marcada necessariamente por tais índices formais.

Do ponto de vista dialógico, identificamos o posicionamento ético legitimador do jornal no fazer jornalístico – pesquisa e apuração – e no acabamento editorial. A técnica jornalística prevê, para uma prática responsável profissional, a abordagem de diferentes pontos de vista imbricados no fato narrado, mas não há uma prescrição clara quanto ao tratamento dos diferentes ângulos. Não há como prescindir de uma orientação apreciativa diante do fato trabalho, nem diante do outro e dos discursos de outrem. O que demonstramos neste artigo são os procedimentos que definem o direcionamento ético do fazer jornalístico e moldam o perfil autoral da editoria. Assim, destacamos duas etapas diferentes na construção da personagem: o fazer profissional e o acabamento editorial. O modo de apurar o fato a ser reportado indica, no caso analisado, uma orientação conservadora. O ato de citar garante espaço de ação discursiva ao poder instituído, ao passo que a inclusão de depoimentos engessa o discurso de indivíduos, que supostamente representam o discurso da população, de maneira que não transformam o fato reportado, apenas o ilustram.

Diante da discussão, recolhemos que a construção autoral na imprensa se dá por meio de um processo que perpassa pelos atos no âmbito da esfera de produção e é validada no da de circulação e, por isso, não pode ser definida pelas assinaturas empíricas dos jornalistas que atuaram na composição da matéria. Antes, sua definição se deve à organização ética que orienta

MAGALHÃES, Anderson Salvaterra. Organização ético-discursiva em enunciados da imprensa contemporânea: do trabalho do jornalista à construção identitária editorial. *BAKHTINIANA*, São Paulo, v. 1, n. 4, p. 76-87, 2º sem. 2010

as variadas ações discursivas que constroem o enunciado jornalístico e montam uma postura institucional, no caso em questão, postura hegemônica conservadora.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. M. O autor e a personagem na atividade estética. In: *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 03-194 [1920; 1979].
- BAKHTIN, M. (VOLOCHINOV, V. N.) *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira et alli. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1999 [1929]
- BARBOSA, M. *Histórica cultural da imprensa: Brasil 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.
- BARRETO, V. Transporte preferido: os pés. *O Dia*, Rio de Janeiro, 03 ago. 2004a. Nosso Rio: o que acontece perto de você, p. 3.
- _____. Mais de um mês perdido. *O Dia*, Rio de Janeiro, 04 ago. 2004b. Nosso Rio: o que acontece perto de você, p. 3.
- BARRETO, V.; REMÍGIO, M. *et al.* População sofre cada vez mais com a crise no transporte. *O Dia*, Rio de Janeiro, 08 ago. 2004. O Dia/Nosso Rio, p. 6-7.
- CAMINHADAS próximas do fim. *O Dia*, Rio de Janeiro, 09 ago. 2004. O Dia/Nosso Rio, p. 4.
- MAGALHÃES, A. S. *Subjetivação, jornalismo e ética: uma abordagem dialógica*. 2010. 292f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- MARTINS, A. L.; LUCA, T. G. (Org.) *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.
- RIBEIRO, M. Passe livre para estudantes sob ameaça. *O Dia*, Rio de Janeiro, 03 ago. 2004. Nosso Rio: o que acontece perto de você, p. 3.
- SODRÉ, N. W. *História da imprensa no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- VOLOSHINOV, V. N. Discurso na vida e discurso na arte: sobre a poética sociológica. Trad. Carlos Alberto Faraco e Cristovão Tezza para uso didático, com base na tradução inglesa de I. R. Titunik “Discourse in life and discourse in art – concerning sociological poetics”. In: VOLOSHINOV, V. N. *Freudism*, New York: Academic Press, 1976 [1926].
- WARD, S. J. A. *The invention of journalism ethics: the path to objectivity and beyond*. Montreal: McGill-Queen’s University Press, 2004.

Recebido em 08/05/2010
Aprovado em 29/09/2010